

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE
ENSINO

**HELENA COSTA
FERNANDES**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E
POSSIBILIDADES

MONOGRAFIA DE
ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA
2018

HELENA COSTA
FERNANDES



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E
POSSIBILIDADES

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Dr. André Sandmann

MEDIANEIRA
2018



Ministério da Educação Universidade
Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de
Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas
de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

Educação de Jovens e Adultos: Perspectivas e
Possibilidades

Por

Helena Costa Fernandes

Esta monografia foi apresentada às...16:30..... h do dia..13..... de agosto.... de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. André Sandmann
UTFPR – Câmpus
Medianeira
(orientador)

Profª. Dra. Elizandra Sehn
UTFPR – Câmpus Medianeira

Profª. Ma. Vanessa Hlenka.....
UTFPR – Câmpus
Medianeira

Dedico este trabalho a todos os
alunos da EJA, que são e
continuarão sendo, inspiração para
meus estudos e diária
aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos. Aos meus familiares pelo apoio e compreensão por tantas ausências e ao meu esposo pelo companheirismo e carinho.

Agradeço aos professores, tutores e orientadores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Gratidão a vida, ao milagre em meu ventre, Rafael, que todos os dias me acorda para dizer que a vida vale a pena.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se fala, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a sua prática”. (PAULO FREIRE)

RESUMO

FERNANDES, Helena Costa. Educação de Jovens e Adultos: Perspectivas e Possibilidades. 2018. 40 p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática a educação de jovens e adultos em uma perspectiva histórica e prognóstica. A partir do conhecimento das raízes históricas da educação brasileira e do cenário atual da educação de jovens e adultos no país, considerando também as falhas dos sistemas e políticas de ensino, apresentam-se caminhos para o trabalho docente com base na análise de Currículos destinados a EJA e também no perfil dos alunos dessa modalidade de ensino. No último tópico fazem-se algumas considerações sobre o futuro do atendimento a jovens e adultos no Brasil com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA e no Plano Nacional de Educação do presente decênio. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: História da educação. Currículo. Metodologias. Papel Docente.

ABSTRACT

FERNANDES, Helena Costa. Youth and Adult Education: Perspectives and Possibilities. 2018. 40 p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had as its theme the education of young people and adults in a historical and prognostic perspective. Based on the knowledge of the historical roots of Brazilian education and the current scenario of youth and adult education in the country, also considering the failures of education systems and policies, ways are presented for teaching work based on the analysis of Curricula destined to EJA and also in the profile of the students of this modality of education. In the last topic we make some considerations about the future of the service to young people and adults in Brazil based on the National Curriculum Guidelines of the EJA and the National Plan of Education of the present decade. The methodology used was the bibliographic review.

Keywords: History of education. Curriculum. Methodologies. Teaching Role.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1 O INÍCIO DO PROCESSO EDUCATIVO NO BRASIL.....	12
2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	17
2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22
2.3.1 para além dos currículos: o cotidiano na eja e a postura docente.....	28
2.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EJA	33
2.5 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - 2014 / 2024	36
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o papel docente e o trabalho a ser desenvolvido pelo professor nas diversas facetas que apresenta a educação brasileira é preciso considerar as questões históricas envolvidas por detrás de qualquer momento presente, levando em consideração o percurso percorrido para que determinada classe ou escola recebesse o ensino na forma como é ofertado hoje. Aliados a isso, a análise do presente e as perspectivas futuras permitem ao docente redimensionar o seu trabalho e conceber o ensino como prática atemporal, enraizada no passado, realizada no presente, mas com implicações futuras.

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar um panorama da educação de jovens e adultos no Brasil, com vistas a subsidiar teoricamente o professor que se proponha a trabalhar com essa modalidade de ensino. Para cumprir com este objetivo, foram traçados objetivos específicos, que se destinam ao longo da pesquisa em fazer um resgate histórico da educação brasileira, com foco na Educação de Jovens e Adultos - EJA; apresentar o cenário atual dessa modalidade de ensino e os números do analfabetismo no Brasil; analisar currículos destinados a EJA; apontar o perfil dos alunos matriculados na EJA e o papel do professor. Por fim, compreendendo que a educação não é um processo estático, mas precisa pensar e planejar o futuro faz-se uma breve análise do prognóstico da EJA no Brasil, com base nas diretrizes curriculares nacionais e no Plano Nacional de Educação em vigência.

Sabe-se que a EJA tem no seu percurso uma longa história, mas ainda hoje, experienciamos negligências na sua estruturação no país. Apesar de existir uma legislação que a garante como um direito de todo cidadão, pesquisas e estudos mostram a falta de especificidade na formação profissional para o trabalho com esta modalidade de ensino.

Percebe-se nos históricos de estruturação da EJA, que até houve uma preocupação em trazer para os bancos escolares pessoas que, independente do motivo não tiveram acesso ou deixaram a aquisição de conhecimento científico “para depois” na vida. Tal fato ocorreu e ainda é atual, não só pela necessidade de reduzir os obstáculos que impedem esses alunos de participar ativamente na sociedade, mas também, e principalmente, para cumprir com projetos de erradicação de

analfabetismo intimamente ligados a fatores políticos e econômicos e diferenças sociais do país.

Diante disso, a presente pesquisa justifica-se por apresentar um paralelo entre as políticas públicas voltadas para a EJA na história da educação brasileira e os reais resultados dessas políticas. É importante ainda por discutir políticas voltadas para a EJA e também o papel do professor nessa modalidade de ensino, fazendo um paralelo entre questões externas e internas à sala de aula. Ao discutir esse tema na atualidade, contribui-se para que se possam pensar em novas estratégias para melhorar a oferta da EJA. Compreende-se que os dispositivos legais asseguram a esses indivíduos, direito a igualdade de oportunidade tanto no processo educativo quanto na vivência plena no seio social, com acesso a cultura, trabalho e lazer. É de responsabilidade do sistema de ensino atender às necessidades de aprendizagem nas classes de EJA, propiciando currículo, métodos, recursos adequados e profissionais capacitados, com formação adequada para o exercício da docência, para possibilitar um processo de ensino-aprendizagem significativo e transformador, dando autonomia para o sujeito. Porém isso nem sempre acontece.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. As informações coletadas em livros, periódicos e outras fontes, serão apresentadas no tópico 2, que está dividido em seções e subseções. Por fim, no tópico 3, faz-se as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

2.1 O INÍCIO DO PROCESSO EDUCATIVO NO BRASIL

Falar em educação de jovens e adultos remete à história da educação, pois uma vez que existam jovens ou adultos que necessitam procurar a educação formal já em idade avançada, compreende-se que houve uma falha em seu passado, por algum ou outro motivo não tiveram acesso à escolarização na infância ou adolescência. Uma breve análise da educação no Brasil revela que não são poucas às vezes em que existe uma relação de dominação envolvendo a elite e os menos favorecidos dentro da sociedade. Evidencia-se que muitas vezes o direito à educação foi negligenciado e em um passado mais distante esse direito sequer existiu.

Postula-se que não há como compreender o atual cenário educacional brasileiro sem percorrer o caminho que o trouxe até aqui, não há presente que não tenha raízes no passado. Assim, é preciso iniciar a análise histórica da educação a partir de sua gênese, de seus primórdios, partindo do primeiro sistema educacional que o Brasil vivenciou. É imprescindível citar a educação ofertada pelos jesuítas, um processo que teve apoio da realeza e consistia no ensino dos nativos, dos povos colonizados, realizado por freis, que preparando-os para o trabalho, concomitantemente lhes transmitiam a doutrina da igreja católica. Ribeiro afirma:

O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (1993, p. 15)

Esse processo educativo que previa a conversão dos indígenas permitiu aos jesuítas desempenhar a função de principais organizadores do processo educativo no Brasil. No Brasil colônia, relata-se o fato do interesse por parte da classe dominante em que a educação não fosse acessível aos seus criados. Uma vez que

a elite entendia tal processo como desnecessário e até prejudicial à felicidade dos trabalhadores. Desta forma, os trabalhadores deveriam aceitar sua condição de submissão, sendo esse o único papel que lhe seria desempenhado na sociedade. Rosa (2012) afirma que as classes populares estavam sempre debaixo do domínio da elite, impedindo que tivessem acesso à educação.

Os senhores da época temiam por sua posição, pois uma vez que seus trabalhadores fossem educados, eles poderiam se tornar perigosos para o trabalho, pois passariam a entender sobre sua verdadeira função social, tornar-se-iam questionadores, talvez insubordinados. Essa nova visão dos menos favorecidos ocasionada pela sua educação, ao ver da elite, destituiria uma paz social estabelecida.

E dessa forma, o adestramento proletariado perdurou por muito tempo. Somente com o desenvolvimento industrial e a reformulação do processo de trabalho, a elite adotou outra postura a respeito do preparo educacional deste trabalhador. Percebeu-se a necessidade do investimento na formação deste profissional, que deixa sua condição de ignorância e passa a profissional tecnicamente preparado, ou em termos simples, adestrado.

Essa análise evidencia que o início do processo educativo no Brasil não foi com objetivo de promover cultura e conhecimento, mas sim de dar mínimas condições para que se desempenhassem determinadas funções, sempre ligadas ao trabalho ou a interesses dos colonizadores. Não havia preocupação com a instrução dos “educandos”, mas somente se poderiam atender as necessidades da colônia. Ribeiro (1993) aponta que mesmo com o fim do sistema jesuítico de ensino em 1759, quando foram expulsos do Brasil, e com as reformas da educação portuguesa, que repercutiam na colônia, poucos avanços podem ser vistos no ensino. A educação continuava com métodos tradicionais e elitizados, não havia preocupação com o desenvolvimento integral do aluno, e o ensino superior era uma utopia para as classes baixas, privilégio exclusivo dos aristocratas.

A sequência histórica dos acontecimentos acerca da educação no Brasil mostra tímidos avanços e quase nenhuma preocupação com o ensino primário. Este período pode ser evidenciado no seguinte trecho, que demonstra que apesar de haver alguma ou outra política educacional, eram pouco eficazes:

O Ato Institucional de 1834 descentralizou a responsabilidade educacional. Às províncias, caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio, e ao poder central se reservou a exclusividade de promover e regulamentar o ensino superior. A preferência dos estudantes por Direito e as duas escolas existentes, uma em São Paulo e outra em Recife, fizeram com que o currículo do nível médio se submetesse ao currículo destas faculdades. O conteúdo do ensino médio era humanístico, reflexo da aversão da sociedade ao ensino profissionalizante. Numa ordem social escravocrata, isto se justifica, baseando-se no fato de a mão de obra ser muito rudimentar. A falta de recursos e o falho sistema de arrecadação tributária com fins educacionais, impossibilitaram as províncias de cumprirem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e médio. O total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para a alta seletividade e o elitismo educacional. (Ribeiro, 1993, p. 17)

Nota-se que a educação continua elitizada, a descentralização proposta pelo poder central não teve sucesso, pois embora se buscasse dividir responsabilidades, faltavam recursos financeiros para isso, dificultando que a província cumprisse seu papel. No período Imperial Brasileiro, novamente não aparecem grandes esforços para democratizar o ensino. Zichia (2008) escreve que a gratuidade da educação como princípio Constitucional aparece na Carta Magna de 1824, porém, conforme a autora, poucas províncias conseguiram efetivar essa gratuidade, ou seja, não existia acesso para as classes menos favorecidas. Zichia (2008) escreve ainda que a obrigatoriedade do ensino, embora já discutida na Constituinte de 1891, só apareceu como princípio legal em 1934.

A Constituição de 1934 trouxe em seu texto alguns princípios que foram essenciais para um avanço significativo da educação no século XX, fruto das pressões sociais por uma universalização da educação. O Manifesto dos Pioneiros da Educação nova em 1932 contribuiu muito para que essas demandas fossem atendidas na forma da lei. Friedrich (2010) escreve que:

Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na Constituição de 1934, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se a praticamente todos os setores sociais. (p. 395)

A extensão do direito à educação para jovens e adultos mostra que nesse momento já havia alguma preocupação com o analfabetismo no país. A trajetória da educação brasileira, a falta de preocupação com um ensino democratizado, os métodos educacionais utilizados e outros fatores, conforme já

fora descrito, explicam a enorme demanda por uma educação destinada a jovens e adultos. No século XX

começa-se a pensar em políticas mais efetivas para reparar os prejuízos históricos da educação brasileira.

No período compreendido entre as décadas de 30 a 60 houve alguns avanços na educação do país e por consequência no ensino destinado a jovens e adultos. Friedrich (2010) cita como marcos desse período a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos⁴ em 1947 e do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949; o “Congresso de Educação de Adultos” em 1958.

A partir da década de 1950 o método Paulo Freire ganha destaque no cenário educacional, pois trazia “uma concepção libertadora, considerava a realidade em que o aluno estava inserido para promover sua emancipação da condição de oprimido para a de cidadão crítico e atuante na sociedade” (BELUZO, 2015, p. 197). Porém a autora aponta que foi em 1967, que aconteceu um dos marcos mais importante para o reconhecimento e efetivação da modalidade: o Mobral, que:

[...] tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos. (BELUZO, 2015, p. 200)

O Movimento buscava mobilizar o país, usando a frase – “Você também é responsável” - visando uma participação social mais ampla na criação de um novo projeto de educação. Esse projeto recrutava professores, monitores, supervisores, que eram convidados a trabalhar de forma gratuita, para cumprir com a proposta de erradicar o analfabetismo em um curto prazo de tempo, 10 anos.

Porém a erradicação do analfabetismo não seria algo tão fácil, não depende de receitas prontas ou fórmulas mágicas. Além disso, as proposições de tempo eram relativamente baixas, já que em apenas 10 anos buscava-se sanar um problema que atravessava séculos e que não atingia somente adultos, mas crianças também. Nesse momento o país focava atenção para a

alfabetização de adultos, mas esquecia de efetivar políticas para a educação das crianças, que logo se tornariam

analfabetas. Isso pode ser evidenciado ainda hoje, pois muitos que nasceram naquela época, hoje senhores e senhoras, continuam analfabetos.

A forma que esse sistema educacional funcionaria e ensinaria, era totalmente controlado pelos militares. Beluzo (2015) ainda aponta que a metodologia aplicada no Mobral era parecida com a de Paulo Freire, porém de maneira deturpada e sendo oferecida pelo governo, quando esse volta a assumir a educação de adultos entre 15 e 30 anos, seguindo seus interesses, estabelecendo-se a relação de contradição entre ambas as metodologias.

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBREAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (HORIGUTI, 2009, p. 04)

Paulo Freire tinha uma metodologia baseada nos conhecimentos do aluno, partindo da sua realidade, assim a alfabetização era contextualizada, relacionada com o que o aluno encontrava na sua vivência fora da sala de aula. Segundo ele nada adiantaria ensinar um trabalhador da construção civil através de textos que falassem de praia, por exemplo, mas o trabalhador devia encontrar na alfabetização os elementos comuns à sua vida, como tijolo, pá entre outros. Já o MOBREAL condicionava o ensino às práticas educacionais superadas, não proporcionando a interação entre o professor e o aluno, impedindo dessa forma, o repasse de conhecimentos significativos para a população que a ele recorria.

Com sua extinção em 1985, esse sistema passou a ser visto como um dos maiores fracassos educacionais da história do país, dando lugar à Fundação Educar, que ampliou as atividades de educação de jovens e adultos. Extinta em

1990, a Fundação Educar deixa como legado a descentralização de políticas da

EJA, passando para os municípios a tarefa de educá-los.

Faz-se importante ainda citar como elementos históricos da educação de jovens e adultos como a LDB de 1972, lei 5.692 que trouxe a obrigatoriedade do ensino primário estendida de quatro para oito anos. Além disso, essa lei colocou alguns pontos que deveriam ser contemplados na Educação de Jovens e Adultos como a suplência dos estudos perdidos e a

preparação para a vida profissional. Porém apesar do texto legal, a implantação de seus princípios ainda era um desafio.

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 pode ser considerada um marco legal na história do país no que se trata à igualdade de todos e na universalização dos direitos fundamentais do ser humano. Ao tratar da educação, em seu artigo 205 a Carta Magna da nação diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Falar em educação como direito de todos significa promover um ensino de qualidade para as novas gerações e reparar as condições daqueles a que um dia esse direito foi negado. Outro ponto importante desse artigo constitucional é o fato de que o ensino é um dever do Estado e da família, ou seja, existe uma co-responsabilidade pela educação de cada indivíduo. Outra questão que não pode deixar de ser percebida e que fica implícita no texto são os objetivos da educação, que devem dar condições para que o sujeito desenvolver-se de forma integral e com condições de ingresso no mercado de trabalho e de exercer sua cidadania. Não por menos, a Constituição, quando de sua promulgação, ficou conhecida como Constituição Cidadã, já que ao menos na teoria traz muitos avanços e reconhecimento de direitos para aqueles que estão sob sua proteção.

O artigo 214 da Constituição de 1988 ao falar da criação dos Planos Nacionais de Educação, com duração decenal, descreve que seu objetivo é de “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Em seu inciso primeiro traz mais uma vez a questão do analfabetismo, dizendo que o mesmo deveria ser erradicado.

Conforme manda a Lei, a educação precisaria de regulamentação própria e oito anos depois da CF/88 esta lei seria publicada. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei de número 9.394/96, a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos passou a ter regulamentação específica. Sendo que em seu artigo 37 a lei coloca que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996)

Esse texto trouxe avanços significativos para o reconhecimento da EJA como modalidade específica de educação, sendo que deveriam ser respeitadas as características e peculiaridades do público atendido, já que o ensino de jovens e adultos se diferencia daquele oferecido para crianças. Segundo o texto legal, conforme o artigo 38 dessa lei, a educação para jovens e adultos deve articular-se com políticas e programas voltadas ao mundo do trabalho, ao campo profissional. Entende-se que o direito ao ensino deve corroborar para uma melhora na condição de vida do aluno atendido, caso contrário, a educação de jovens e adultos pouca funcionalidade social terá.

É preciso considerar ainda que nem todos os jovens que abandonaram a escola podem ingressar diretamente na EJA. A LDB estabelece idades mínimas para a realização de exames para o ensino fundamental e para o médio. No caso do ensino fundamental, são necessários ao menos quinze anos completos e no médio, a idade sobe para dezoito anos. O texto legal prevê a realização de exames supletivos, de modo a diagnosticar o nível de conhecimento dos alunos para que possam prosseguir com seus estudos.

Quando um adulto procura retornar para a escola, está buscando superar a sua condição de vida naquele momento. Ele enxerga nos estudos uma possibilidade de melhora, de integração social. Porém, é preciso considerar que o sujeito não chega na sala de aula vazio de conhecimentos, as experiências vividas e os conhecimentos já adquiridos devem ser valorizados e considerados na realização do exame, mesmo que tais conhecimentos tenham sido adquiridos de maneira informal. A LDB é bastante clara ao dizer que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.” (BRASIL, 1996).

Citam-se além das Leis maiores do país, referente à educação, as Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, os currículos de cada ente federativo e de cada município dentre outros documentos que estabelecem a forma como essa modalidade deve ser ofertada, respeitando a especificidade de cada local.

Destaca-se também o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), criado em 2002 o qual pode substituir exames de ingresso em cursos supletivos. Outra política importante foi a criação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja) que traz orientações exclusivamente da alfabetização de jovens e adultos. Essa comissão é formada por representantes do poder público, mas também por representantes do próprio público atendido na EJA, que juntos podem estabelecer um diálogo permanente sobre o ensino de jovens e adultos.

Pupo (2011) elenca outras políticas e programas que apareceram entre um governo e outro após a LDB/1996 e que de alguma forma visavam o ensino de pessoas jovens e adultas, são eles: o Programa Nacional de Formação do Trabalhador (Planfor), iniciado em 1995; o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) implantado em 1997; o Programa Brasil Alfabetizado em 2003; Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A autora coloca que estes últimos conseguiram atingir alguns de seus objetivos e muitos jovens e adultos até melhoraram suas condições de vida através das bolsas incentivo oferecidas pelo programa. Além disso, para esses últimos, um novo caminho se abriu com a qualificação profissional e a entrada no mercado de trabalho. Porém essa não é ainda a realidade da maioria.

Fica claro que os últimos trinta anos tiveram muitos avanços no campo educacional. Porém, apesar de todas as políticas voltadas para a educação como um todo e principalmente para aqueles que não tiveram acesso à educação em idade apropriada, os números do analfabetismo no Brasil ainda são alarmantes.

Braga (2015), baseada em dados do IBGE aponta que até aquele ano, a taxa de analfabetismo no Brasil era de cerca de 8%, o que representa um contingente de

12,9 milhões de pessoas. E alerta:

Também há diferença significativa entre brancos (5% de analfabetos) e pretos (11,2%). Os dados indicam uma evidente correlação entre as taxas de analfabetismo e as situações de pobreza, exclusão e baixo desenvolvimento econômico. Os dados levantados pelo IBGE comprovam ainda que a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), que previa para este ano de 2016 uma

redução do analfabetismo para 6,5% da população, não foi cumprida, o que leva a um questionamento quanto às políticas

públicas que vêm sendo implementadas para enfrentar esse problema. (BRAGA 2015, p. 25)

A autora descreve que as taxas de analfabetismo se evidenciam nas regiões de maior pobreza e aumentam entre a população negra. Isso mostra que os problemas históricos voltados para o acesso e permanência na escola e a elitização do ensino no período do Brasil Colônia e posteriormente do Império ainda são bastante presentes. Outro fator denunciado por ela é a falta de eficácia nas políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos e os números comemorados pelos “governos de ocasião”, como chama, sendo que para eles os índices mais baixos de analfabetismo apontados pelas pesquisas das últimas décadas são suficientes para pensar que este problema em breve será resolvido, bastando tempo para isso.

Porém, sem discordar de que o número percentual de analfabetos tem decaído nas pesquisas, Braga (2015), explica que isso ocorre porque tais pesquisas não evidenciam o número absoluto de analfabetos no país, que segundo ela mais do que dobraram nas últimas décadas. O que ocorre é que tendo a população aumentado de forma significativa, entre uma e outra pesquisa, concomitantemente o percentual analfabeto dessa população baixou, mas quando analisados somente o contingente de analfabetos brasileiros, esse número é bastante assustador.

Apesar de existirem políticas públicas e uma legislação bastante clara, o fato é que o analfabetismo brasileiro mostra-se ano após ano uma mazela social difícil de ser superada. Essas políticas além de pouco eficazes, muitas vezes são usadas como elemento negativo, um meio de culpabilizar o próprio sujeito por ser analfabeto, pois “existem tantas forma para chegar à educação, só não estuda quem não quer”, como se diz popularmente. Pupo (2011) evidencia o preconceito sofrido pelo sujeito que não teve acesso ao ensino e mostra o real motivo por trás de muitas dessas políticas:

[...] a construção do preconceito do analfabeto no Brasil foi tomando diversas formas, conforme os interesses de determinadas épocas, até chegar ao ponto que o conhecemos atualmente. A partir disso, podemos constatar que o que foi feito em prol dessas pessoas, historicamente, também dependeu dos interesses em voga nesses diversos momentos históricos, como, por exemplo, erradicar índices altíssimos de um mal que envergonhava o país. (PUPO, 2011, p. 46)

Essas palavras mostram que um dos motivos do analfabetismo continuar sendo uma realidade é que as políticas para sua erradicação muitas vezes foram de fachada, apenas para apresentar números para outros países, pois na prática nem mesmo se exige uma formação voltada especificamente ao professor que atua na EJA. Muitas vezes não ocorrem formações continuadas para preparar esse professor para uma metodologia diferenciada, para trabalhar com jovens e adultos. Isso faz muitas vezes com que a história se repita, e as especificidades desse aluno sejam negligenciadas. Desta forma nem sempre é cumprida a função da educação de jovens e adultos, já que uma vez que não se respeitam essas peculiaridades o aluno vem a desistir de frequentar a escola tornando o analfabetismo uma realidade difícil de resolver, mesmo com a oferta de uma modalidade de educação diferenciada, porém deficiente.

Desta maneira muitos adultos continuam analfabetos mesmo depois de entrar em contato com a EJA. Pois não há uma real melhora de sua condição, muitos até aprendem a escrever o nome, ou desenhar uma assinatura, mas não conhecem a função social de leitura e escrita. Existir uma escola é motivo necessário para a oferta do ensino, mas não é fator suficiente. Nas palavras de Saviani (2003, p. 18) não basta que exista o saber sistematizado, mas “é necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação.” Se isso não ocorrer cai-se no velho paradigma onde o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende. Dessa forma nenhuma política surtirá efeito, pois o verdadeiro ensino ocorre em sala de aula e lá devem estar profissionais preparados e com conhecimentos sólidos. Não se trata de colocar toda a responsabilidade no professor ou no sistema de ensino, mas uma coisa complementa a outra. A política viabiliza condições de acesso e permanência na escola, aponta objetivos a serem cumpridos, conteúdos a serem estudados. Porém, é na escola que isso se efetiva e torna-se ou não uma realidade.

Os motivos do analfabetismo no país são históricos, ligados a um percurso de abandono social, porém não podem continuar a ser reproduzido em sala de aula. Isso se refere diretamente a formação profissional que deve ser participativa e democrática, seja durante a graduação, pós-graduação ou na formação continuada. É preciso discutir de que forma ocorre o ensino dentro das salas da EJA, quais metodologias são utilizadas, de que forma se busca superar a evasão, quais motivos levam o aluno a abandonar a escola, entre outras questões que ainda trazem à tona

as questões aqui discutidas e que motivam estudos e pesquisas sobre esse tema já tão debatido. Essas questões serão abordadas na próxima seção

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Existem atualmente além das Diretrizes Curriculares Para a EJA, currículos que propõem conteúdos e objetivos a serem alcançados pelos alunos que ali estão matriculados. A lei coloca que cada sistema de ensino tem autonomia para elaborar seu Currículo e ensinar os conteúdos que sejam mais relevantes para o alunado atendido, respeitando suas necessidades e especificidades. Queremos aqui analisar o Currículo da EJA do Estado do Paraná e em seguida do município de Cascavel, no mesmo estado, levando em conta os conteúdos e objetivos propostos, bem como a as similaridades entre um e outro.

O Currículo do estado do Paraná apresenta-se como “resultado de uma construção coletiva, processo este que envolveu diferentes segmentos da rede pública de ensino, em amplas discussões, estudos e debates em diversas etapas” (PARANÁ, 2006, p. 9). O documento propõe-se a apresentar um breve histórico da EJA, sua função social, o perfil dos alunos e considerações sobre as práticas metodológicas e seleção de conteúdos.

Ao abordar as questões históricas da educação de jovens e adultos o documento faz um levantamento das políticas e tentativas de se educar a população, desde a colonização do Brasil até os dias atuais, nesse tópico traz um importante reconhecimento:

Assim, os conteúdos estruturantes da EJA são os mesmos do ensino regular, nos níveis Fundamental e Médio; porém, com encaminhamento metodológico diferenciado, considerando as especificidades dos(as) educandos(as) da EJA; ou seja, o tempo curricular, ainda que diferente do estabelecido para o ensino regular, contempla o mesmo conteúdo. Isso se deve ao fato de que o público adulto possui uma bagagem cultural e de conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais, uma vez que a escola não é o único espaço de produção e socialização de saberes. Assim, é possível tratar do mesmo conteúdo de formas e em tempos diferenciados, tendo em vista as experiências e trajetórias de vida dos educandos da EJA. (PARANÁ, 2006, p. 26).

É de grande importância um Currículo que se destine a educação de jovens e adultos, traga essa consideração, pois um Currículo não pode ser apenas um conjunto de conteúdos e propostas metodológicas, mas deve levar em conta quem são os alunos atendidos e de que forma os conteúdos elencados serão ofertados

para promover um aprendizado de qualidade, com significância na vida social do educando. Esta é a função da educação, e principalmente da EJA, melhorar as condições de vida do sujeito, através de um ensino de qualidade, que possibilite a aquisição de conhecimentos realmente significativos. Embora os conteúdos sejam os mesmos, conforme prevê o texto, alerta-se para as metodologias utilizadas, ou seja, a forma como esse conteúdo será abordado, as estratégias do docente ao planejar suas aulas. O documento evidencia tais considerações ao defender que a EJA é uma:

[...] modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual. (PARANÁ, 2006, p. 27)

Considerar que muitos dos educandos são também trabalhadores é levar em conta seu tempo e suas necessidades diferenciadas, compreender que nem sempre terão total disponibilidade para as demandas escolares. Esse é um desafio para os educadores, que devem superar algumas barreiras para socializar a cultura humana e possibilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica, com subsídios sólidos para se criticar e modificar o meio onde vivem. Além disso, um compromisso político e ético pressupõe uma consciência coletiva, formulada através de debates que permitam repensar práticas cotidianas e resignificá-las até que se consiga de fato uma emancipação, uma autonomia intelectual.

Quanto aos conteúdos elencados para a oferta do ensino, o documento propõe um eixo articulador entre “cultura, trabalho e tempo”, compreendendo que tais aspectos envolvem toda a prática pedagógica destinada a esses alunos. Justifica que a cultura envolve toda a produção humana, tudo aquilo que foi construído pelo conjunto dos homens ao longo da história. Evidencia-se também que a cultura é elemento de mediação entre o homem e a sociedade, ao mesmo tempo em que o homem modifica o meio onde vive e produz cultura, é modificado pelo mesmo meio que imprime nele a cultura produzida e anteriormente elaborada.

O trabalho é visto como parte integrante da cultura, sendo também uma produção e necessidade do homem, portanto interliga-se e articula-se neste mesmo eixo, sendo um ponto do mesmo tema. Coloca-se também que o trabalho é

justamente um dos motivos que leva o aluno até a escola, portanto essa dimensão é extremamente importante e precisa ser considerada na ação docente.

Por fim, o tempo, segundo o Currículo do Paraná, assume três dimensões:

O tempo físico, o tempo vivido e o tempo pedagógico. O primeiro está relacionado ao calendário escolar organizado em dias letivos, horas/aula, bimestres que organizam e controlam o tempo da ação pedagógica. O segundo diz respeito ao tempo vivido pelo professor nas suas experiências pedagógicas, nos cursos de formação, na ação docente propriamente dita, bem como o tempo vivido pelos educandos nas experiências sociais e escolares. O último compreende o tempo que a organização escolar destina para a escolarização e socialização do conhecimento. Ainda, há o tempo que o aluno dispõe para se dedicar aos afazeres escolares internos e externos exigidos pelo processo educativo. (PARANÁ, 2006, p. 33)

Tendo compreendido e articulado todos os aspectos deste eixo, espera-se que o professor consiga desenvolver um trabalho de qualidade, levando em consideração todos os pontos que permeiam a vida do aluno, seja nas questões relativas ao pessoal, profissional e obviamente escolar. Pede-se ainda que na seleção de conteúdos sejam levados em conta alguns critérios, que se baseiam na relevância para a vida cotidiana do aluno, nas práticas que vivencia no contexto onde está inserido, na articulação e sequência de diferentes saberes e também na reflexão sobre o passado, o presente e as possibilidades futuras.

O último ponto colocado no Currículo do Paraná e que merece destaque é a avaliação. Para ele “a avaliação é um meio e não um fim em si. É um processo contínuo, diagnóstico, dialético e deve ser tratada como integrante das relações de ensino-aprendizagem.” (p. 42). Isso significa que devem ser superados os modelos de avaliação excludentes, que tem como objetivo punir o aluno. Concomitante, conceber a avaliação como forma de identificar e intervir nas dificuldades do educando, buscando superar as deficiências no processo de ensino e aprendizagem.

O documento analisado não traz uma seleção de conteúdos a serem trabalhados pelo professor, nem objetivos específicos a serem alcançados em cada aula. Mas, possibilita ao docente uma visão ampla do trabalho a ser desenvolvido, considerando aspectos sociais, econômicos e políticos. Sendo que cada profissional deve buscar estratégias e metodologias que atendam a tais necessidades.

O município de Cascavel, no estado do Paraná, desde o ano de 2008 possui um Currículo próprio para suas diversas modalidades de ensino, inclusive

Educação de Jovens e Adultos. O documento apresenta um avanço quando aborda os objetivos do ensino e o tipo de homem que se deseja formar a partir da especificidade local e do perfil dos alunos atendidos nas escolas do município. Assim, como a maioria dos documentos que se propõe a abordar a EJA, esse também inicia com um histórico dessa modalidade de ensino, levando em conta a educação brasileira e as políticas desenvolvidas ao longo dos anos. Descreve também o histórico da EJA no Município e apresenta o perfil do alunado. Quanto à necessidade de se criar um Currículo próprio para a Rede Municipal de Ensino, justifica-se que o mesmo:

[...] emerge da necessidade de criar e implantar um Programa Próprio para a EJA, com vistas à superação do ecletismo presente nos diversos documentos que vêm sendo utilizados pelos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel e assegurar uma base curricular unitária, orientadora da prática pedagógica. (CASCAVEL, 2008, p. 5)

Assim como nos demais Currículos da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, o destinado à educação de jovens e adultos se baseia no método materialista histórico-dialético, e mais do que preparar para o mercado de trabalho, defende que:

[...] a escola deve propiciar ao aluno a compreensão das relações com o mundo do trabalho e com as demais relações sociais que permeiam o mundo atual, bem como o entendimento do processo social pelo qual o homem se modifica e desenvolve novas idéias e pensamento crítico, a fim de desmistificar a divisão social do trabalho a partir da qual conceitos opressores foram estabelecidos pelos modelos de organização do sistema produtivo capitalista. (CASCAVEL, 2008, p. 22)

Ao apresentar uma concepção marxista do processo educativo, o documento contrapõe algumas das principais tendências observadas no que tange ao ensino de pessoas jovens e adultas, ou seja, a recolocação no mercado de trabalho. Mais do que isso, concebe-se a educação como meio de acesso ao conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica que supere as desigualdades impostas pelo capitalismo. Ao emancipar o jovem ou adulto através do ensino, o Currículo “ressalta a importância do processo de ensino e aprendizagem integral, visando o desenvolvimento de cada aluno como sujeito participativo e integrante de uma sociedade.” (p. 7)

Quanto aos objetivos do ensino e a concepção do desenvolvimento humano, o Currículo adota a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural como

fundamentos teóricos. Nessa perspectiva, considera-se a aprendizagem através das relações que o homem estabelece com o meio onde vive, e a educação é o único meio de acesso da classe trabalhadora ao conhecimento científico, artístico e filosófico.

Uma importante colocação que o documento traz, diz respeito à educação especial. No município não existe um documento específico para esse tipo de atendimento, mas cada volume, destinado a uma etapa ou modalidade de ensino, contempla também a educação especial, compreendendo que a mesma não deve acontecer em espaços separados do ensino regular, mas juntamente com os demais alunos. Na educação de jovens e adultos essa questão não é tratada com diferença, mas da mesma forma os alunos com necessidades especiais devem receber atendimento como os demais, variando, porém, as metodologias utilizadas pelos professores, com recursos diferenciados para atender as necessidades de aprendizado de cada aluno. Destaca-se que:

Os profissionais que atuam junto às pessoas com deficiência precisam estar cientes e instrumentalizados para direcionarem o processo educativo, que é, em si, um processo de humanização. Neste sentido, a história pessoal da escolarização do aluno tem grande importância. Todavia, a história pessoal não se apresenta divorciada da história geral do reconhecimento da educabilidade das pessoas com deficiência. Aliás, conhecer a história pessoal e a história da humanidade é algo próprio ao desenvolvimento do homem cultural, um estágio que se busca alcançar com a escolarização. (CASCAVEL, 2008, p. 57)

Colocar a questão da educação especial em um mesmo documento que traga concepções sobre a educação de jovens e adultos é de extrema importância. Nessa perspectiva compreende-se que o dispositivo legal que assegura a educação de pessoas com deficiência em classes regulares também deve ser cumprido na EJA. Isso reforça a questão da inclusão sob um duplo viés: primeiro porque a EJA inclui aqueles que não tiveram acesso a educação em idade própria, dentro da sociedade e segundo porque inclui - se através da educação especial destinada para jovens e adultos pessoas que foram excluídas também por sua condição física ou intelectual. Ou seja, ocorre uma dupla forma de inclusão, um contingente minoritário, dentro de outra minoria.

A concepção de avaliação proposta no Currículo de Cascavel, não se diferencia muito daquela apresentada no documento estadual,

conforme já analisado. Mas vai além dele, pois propõe além de uma avaliação do aluno, com

aspectos diagnósticos e processuais, uma avaliação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem:

Isto pressupõe que todos que atuam diretamente ou indiretamente no espaço escolar se avaliem ou sejam avaliados (diretor, coordenador, professores, funcionários e pais). Se estes realizarem sua auto-avaliação ou forem avaliados de maneira criteriosa e ética podem perceber os entraves que interferem no processo e redimensionar a sua ação. (CASCAVEL, 2008, p. 47)

Essa avaliação de todos os agentes escolares supera na prática as antigas e obsoletas concepções de avaliação. Não se admite uma realidade onde apenas o aluno seja avaliado e posteriormente punido ou promovido pelo resultado apresentado. Uma avaliação coletiva mostra-se verdadeiramente diagnóstica, uma vez que não culpabiliza unicamente ao educando pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem, mas concebe o processo de ensino-aprendizagem como fruto de um contexto, onde está presente cada agente escolar, que ao ser avaliado pode superar possíveis erros e melhorar a qualidade do ensino ofertado e conseqüentemente, recebido.

Em seu último tópico o Currículo apresenta as disciplinas e conteúdos a serem ofertados na EJA, sendo: língua portuguesa, matemática, estudos da sociedade e natureza: história, geografia e ciências, artes e educação física. Cada disciplina apresenta seus fundamentos teóricos, seus critérios de avaliação, conteúdos e proposições de encaminhamentos metodológicos, divididos para cada período. Como anexo, o documento traz o Regimento Escolar do Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, uma escola municipal especializada na oferta da EJA.

O Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, volume da Educação de Jovens e Adultos mostrou-se um documento bastante completo, trazendo desde fundamentos teóricos, concepção de homem, sociedade e a função da escola até as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados pelos professores que atuam nessa modalidade de ensino. Trata-se de um avanço e reconhecimento da importância da EJA, visto que é de fato concebida como uma modalidade de ensino que requer tanta atenção quanto as demais.

2.3.1 Para além dos currículos: o cotidiano na eja e a postura docente

Conforme já foi descrito anteriormente, o Brasil tem em sua história um processo de abandono à educação, principalmente em relação às classes menos favorecidas. Na atualidade ainda existem muitas pessoas que foram vítimas desse abandono e que tem na Educação de Jovens e Adultos uma possibilidade de superação dessa condição. Embora seja muito difundida a idéia que essa modalidade de ensino tenha muitas especificidades e não possa ser ofertada da mesma forma que é dada a crianças, a legislação brasileira não exige uma formação voltada especificamente ao professor que atua na EJA.

É importante considerar que a escola ainda é vista como instituição a qual cabe o papel de redenção social, pois acredita-se que somente através da educação de qualidade é que se pode superar uma condição ruim de sobrevivência:

[...] ainda é muito forte em nosso imaginário o princípio sintetizado no dito popular em que se declara 'ser preciso ir à escola para ser gente na vida,' aludindo-se, assim, aos não escolarizados como não-gentes, como sujeitos desprovidos de Razão, como os outros. (SENNA, 2003, p. 54)

Assim, aqueles que não tiveram acesso a uma educação de qualidade, ou na verdade a nem um tipo de educação ficam a margem da sociedade, pois a concepção de que o não escolarizado é incapaz é muito clara em nossa civilização. São comuns apelidos maliciosos, ofensivos, que reduzem a pessoa à condição de sub-humano, para aqueles que não obtiveram certos conhecimentos. O analfabeto não consegue vagas de emprego, ou quando consegue, recebe salários irrisórios e por não conhecer seus direitos aceita tais situações, pois muitas vezes nem julga a si mesmo merecedor de condições melhores. O que de certo modo acaba sendo bom, para certas empresas, indústrias e até para o governo. Pois, o analfabeto gera mão de obra barata, pouco cobra seus direitos e é facilmente levado por discursos que enganam as grandes massas.

Entende-se a educação de jovens adultos como reparadora dessa situação, pois ela é capaz de trazer uma nova oportunidade para aqueles que não alcançaram a educação em idade apropriada. Através dela a pessoa ali matriculada pode ter acesso a conhecimentos que antes nunca viu, e que certamente mudarão suas concepções acerca do mundo e da sua própria realidade, crescendo como pessoa e

como cidadão. Em sua essência a EJA possibilita a formação humana “com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo e compreender-se no mundo” (BRASIL, 2007).

No trecho citado fica clara a importância de que o sujeito se reconheça como trabalhador dentro de um contexto, alguém que produz e deixa um legado cultural para as próximas gerações. Isso só se torna possível através da educação. E no caso do adulto analfabeto, através da EJA.

Para desenvolver seu trabalho, primeiramente é necessário que o docente tenha consciência do público que é atendido na EJA, qual seu perfil e seus anseios. É importante salientar que perfil das pessoas que procuram a educação de jovens e adultos na maioria das vezes é de trabalhadores (ou desempregados que buscam uma recolocação no mercado de trabalho), donas de casa, jovens que por alguma razão largaram dos estudos, idosos, pessoas com necessidades especiais e outros; que não tiveram acesso à escolarização na idade certa.

E por se tratar de um público tão heterogêneo, o professor dessa modalidade precisa estar preparado para as mais diversas situações que se posicionam diariamente no processo educativo, pois cada um tem uma história, uma necessidade e cada aluno têm o seu motivo específico para se matricular em uma escola, para buscar a educação que em outro momento da sua vida lhe foi negada.

De acordo com Viana:

[...] esse educando já vem com uma experiência de vida, o professor deve levar em conta essa bagagem ao preparar seu conteúdo devido cada um dos seus educandos ter a sua peculiaridade. Ao voltar à sala de aula, ele faz buscas além do conteúdo, buscando também mecanismos que promovam um desenvolvimento pessoal, ou seja, o aluno jovem e adulto encontra-se muitas vezes aberto a novas descobertas. (2011, p. 1)

A formação do professor precisa ser discutida, levando em conta currículos e matérias pedagógicas que orientam a prática do educador, para que o profissional mantenha-se sempre motivado a planejar e desenvolver a atividades criativas no seu trabalho pedagógico e ter a experiência coletiva como fundamento de uma nova concepção e de organização curricular.

É preciso considerar as necessidades diferenciadas que esses alunos apresentam, diferente da alfabetização infantil, o educador muitas

vezes precisará desconstruir nesses alunos, conceitos trazidos ao longo de sua vida, privada de

oportunidades e restrita à condição imposta pelo mercado, isso ocorre através da metodologia usada em sala de aula, pois um professor autoritário, pouco aberto à conversa, dificilmente conseguirá bons resultados. O aluno busca a escola com muitas expectativas e está disposto a aprender, repensar suas ideias e se abrir para o novo. Grande parte desses alunos chegam em sala exaustos após uma jornada de trabalho, as vezes trata-se de uma mãe preocupada com o filho deixado doente em casa, e dessa forma, o educador precisa adotar metodologias que prendam a atenção deste aluno, que o façam perceber que a educação é o primeiro passo para mudar sua história e que aqueles problemas que ele deixou em casa podem ser superados através de uma educação de qualidade, que certamente impactará diretamente na sua vida cotidiana.

Para lidar com essas disparidades, o professor precisa ter um arsenal de técnicas metodológicas bastante variadas. Porém, isso acaba se tornando um problema quando a base de sua formação não lhe proporcionou tal conhecimento.

A formação técnica faz parte da competência que o professor deve trazer na sua formação acadêmica, mas muitas das vezes precisamos buscar na formação continuada um complemento para saber conduzir os ensinamentos dentro da complexidade dessa sociedade de conhecimento. (VIANA, 2011, p.2)

Os cursos de licenciatura são bastante amplos nas disciplinas que ofertam, o aluno ali matriculado passa alguns anos estudando variados conteúdos, destinados ao sistema educacional ou à sua área específica de estudos. Porém, para que ele obtenha sucesso na modalidade de ensino que escolher, ele precisa buscar uma complementação ao seu conhecimento, que pode ser encontrada nos cursos de pós-graduação ou na formação continuada, que darão maior intimidade com as habilidades e saberes que serão necessários dentro da sua área de trabalho.

A sociedade contemporânea está inserida dentro daquilo que se chama “era da informação”, isso mostra que diariamente existem novos estudos, novas informações e novo conhecimento, que tornam obsoletos aqueles que perduraram até ali. Nesse sentido, o professor não deve jamais parar de buscar atualização, deve ser um eterno estudante e um ávido leitor, entrando em contato com todo tipo de informação, mas selecionando aquelas que realmente tragam melhorias para a sua prática.

Os alfabetizadores podem utilizar a EJA como um espaço de debates, produção coletiva de textos, produção individual, leitura e interpretação de contextos sociais. Nessa modalidade, o desafio do educador está em enriquecer o material didático com conteúdo de oralidade do aluno adulto, dos noticiários, dos acontecimentos da vida cotidiana.

Sobre o preparo do profissional do educador para as diversas facetas que se apresentam na educação, principalmente na de jovens e adultos, Paulo Freire (1996) nos leva a refletir sobre as práticas educacionais conservadoras, chamando nossa atenção para sua readequação, trazendo o conhecimento à realidade desses sujeitos:

A alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico- intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica. (FREIRE, 1996, p. 60).

Diante disso, percebe-se que ensinar ler ou a escrever não pode simplesmente ter significado em si próprio, o processo de alfabetização não traz sentido ao aluno se não lhe possibilitar a relação entre o que aprende e o que vive. Por isso, é importante que o professor considere a vida do educando, partindo dela como referência para embasar as metodologias de suas aulas, contextualizando a todo o conteúdo abordado e lhe atribuindo significado prático. Não menos importante, é preciso se desprender da imagem do professor retentor do saber, que passa a ser um agente mediador entre o conhecimento científico e conhecimento que o aluno trás da sua vida cotidiana. O processo de educar na EJA deve ser extremamente envolvente, cercado de afetividade em um ambiente de amizade, pois outro fator que enriquece o aprendizado e melhora muito o rendimento do educando é quando ele pode compartilhar suas experiências de vida com os colegas, exigindo que o professor esteja disposto e receptivo, incentivando a participação dos seus alunos à aula.

O aluno da EJA procura por essa modalidade de ensino muitas vezes motivado pelo interesse em obter conhecimentos, por prazer, já que muitos dos alunos são até aposentados que buscam na escola uma forma de preencher seu tempo ocioso. Porém, o que encontram lá nem sempre é exatamente o que esperavam.

Existem lacunas ainda na educação pelo fato de que tradicionalmente os programas voltados à educação de adultos muitas vezes os tem tratado como crianças, utilizando materiais didáticos, metodologias e práticas que não condizem com as especificidades desta faixa etária. Nesse sentido, o ato de educar para o desenvolvimento não se reduz à transmissão de conteúdos particulares de conhecimento, nem tampouco o ensino de determinadas matérias; é muito mais do que isto [...] (PINTO, 2007, p. 12)

Ao deparar-se com um ambiente que não seja aquele que esperava o aluno perde a motivação e muitas vezes, acaba desistindo de frequentar a educação de jovens e adultos. Isso deve-se em grande parte à responsabilidade do professor em preparar uma metodologia diferenciada para esse trabalho, proporcionando um ambiente letrado, sim, mas voltado para o universo adulto. Com questões que remetam ao trabalho e ao cotidiano do educando, fazendo com que ele possa atribuir significado ao conteúdo abordado, uma vez que relaciona com a sua vida fora da escola e assim, aprende não somente enquanto dura o período de aula, mas depois também.

O professor precisa fazer com que o aluno repense o mundo em que vive, e dar-lhe subsídios para que tome consciência da relação constante que estabelece na comunidade onde vive. Do contrário, de nada serve a EJA para esse aluno, já que, se tornará pesarosa, desvinculada com sua vida e assim, pouco interesse haverá em dar continuidade a ela.

Além disso, existem outros fatores, alheios a escola, que podem causar a desistência do aluno. Gomes (2010) aponta que “muitos alunos desistentes declararam ter dificuldade de estudo, por problemas que influenciam no seu dia a dia até mesmo a falta de perspectivas futuras”. Ou seja, muitos alunos não reconhecem a necessidade de serem alfabetizados, pois vêem pouca funcionalidade e significado para sua vida. Não se pode admitir uma escola que aborde uma realidade distante da qual vive os alunos que a frequentam.

É fundamental que o professor seja um eterno motivador, mostrando aos seus alunos quais são suas reais possibilidades para um futuro próximo, o que ele pode alcançar, quais sonhos pode realizar através de uma nova formação. Gomes (2010, p. 2) ainda complementa que “talvez seja necessário mais esforço individual, persistência, motivação e o momento certo para este aluno concluir a EJA”. Tal esforço e persistência precisam ser motivados, não permitindo que o aluno desista, pois, como já fora dito, às vezes ele nem se julgam merecedores de melhores

condições, e se não houver uma acolhida motivacional dentro da escola, poderão confirmar em sua mente esse pensamento tão negativo.

Tendo já descrito um breve histórico da EJA e tecendo considerações sobre o papel do professor, o perfil do alunos na atualidade e as práticas de ensino, resta fazer uma projeção da educação de jovens e adultos para os próximos anos, baseada nos documentos que a norteiam. Tal reflexão se faz necessária para que o educador tenha total consciência de onde veio essa modalidade de ensino e quais rumos deve tomar, de modo a subsidiar de maneira correta e coerente a cada um dos alunos atendidos. Essa discussão é o tema da última seção, apresentada em seguida.

2.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EJA

Sabe-se que a educação de jovens e adultos atravessou diversos momentos da história da educação brasileira, ora como política pública própria, ora como meio de erradicar o analfabetismo. O fato é que apesar de todas as considerações históricas, já apontadas neste trabalho, e da difusão da idéia de que o público atendido tem inúmeras especificidades, a EJA continua sendo objeto de análise e discussão, haja vista que não se pode dizer que está perfeitamente alinhada com as necessidades do alunado, com a formação docente e com os objetivos traçados para essa modalidade. Essa seção do trabalho busca observar alguns aspectos prospectivos da EJA, com base nas atuais Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e no Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024.

No ano de 2013 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, um documento que abrange todas as etapas e modalidades da educação básica no Brasil, inclusive a EJA. Este é um dos documentos mais recentes sobre a educação nacional, por isso uma análise da EJA no presente e futuro não o poderia deixar de fora.

Ao abordar a educação de jovens e adultos, o documento leva em consideração os aspectos históricos da educação brasileira e descreve que esta modalidade de ensino “procura saldar uma dívida social que tem para com o cidadão que não estudou na idade própria”. Destina-se, portanto, aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. (BRASIL, 2013, p. 40)

Ao reconhecer que existe uma dívida histórica com aqueles que não tiveram acesso à educação em idade apropriada, reconhece também uma falha, ou muitas, nas outras modalidades de ensino, ou seja, em dado momento da história, o país não conseguiu atender seus jovens e suas crianças, fazendo com que mais tarde fosse necessária a sua inclusão na modalidade destinada especificamente a jovens e adultos. Abordar essa questão é importante para que a mesma situação não se repita, pois somente existe a EJA enquanto existirem jovens e adultos que não frequentaram a escola quando na idade apropriada. Uma visão de futuro mesmo de forma superficial evidencia que se a educação de crianças e jovens for universalizada no presente, em alguns anos existirá pouca ou nenhuma demanda para a EJA. Não se trata de desconsiderar a importância dessa modalidade de ensino, mas evidencia-se que se existe uma dívida a saldar, o ideal seria não fazer uma nova dívida para ser paga no futuro.

O documento, porém, considera que a EJA não é uma modalidade de ensino pontual e que em breve não terá demanda, mas ao contrário disso, postula que:

Essa defasagem educacional mantém e reforça a exclusão social, privando largas parcelas da população ao direito de participar dos bens culturais, de integrar-se na vida produtiva e de exercer sua cidadania. Esse resgate não pode ser tratado emergencialmente, mas, sim, de forma sistemática e continuada, uma vez que jovens e adultos continuam alimentando o contingente com defasagem escolar, seja por não ingressarem na escola, seja por dela se evadirem por múltiplas razões. (BRASIL, 2013, p. 40)

Uma análise histórica, conforme já foi feita nesta pesquisa, revela que a Educação de Jovens e Adultos sempre foi tratada de forma isolada, ou com foco específica em si mesma, esquecendo-se da alfabetização e do ensino às crianças e jovens, como ocorreu durante a implantação do MOBRAL; ou de forma superficial, como uma modalidade de ensino cujo objetivo era sanar, resolver ou simplesmente esconder a mazela social do analfabetismo. Poucas vezes na história essa modalidade de ensino teve articulação com as outras modalidades, compreendendo-se que uma interdepende da outra, e principalmente alicerçada na educação profissional.

Ao colocar que o resgate desses cidadãos que por algum ou outro motivo não tiveram acesso ao ensino não pode ocorrer de maneira emergencial, mas sim de

forma sistemática e continuada, o documento apresenta um avanço, demonstrando uma possível preocupação efetiva na sistematização do ensino. Por outro lado, leva em consideração, de uma maneira quase que corriqueira, que muitas crianças e jovens continuam evadidos da escola. Essa questão não pode ser tratada como uma fatalidade, como um gargalo social sem solução, uma vez que o ensino é, além de obrigatório, um dever do Estado. Enquanto a EJA for uma maneira de reparar a evasão escolar, talvez o problema da evasão não tenha em si próprio uma política de combate.

Acredita-se que a educação de jovens e adultos deva ser uma política de exceção, que atenda jovens e adultos que por motivos sérios e excepcionais foram impedidos de frequentar o ensino regular quando em idade apropriada. Não pode assim ser tratada, por via de regra, como substituta do ensino de crianças, que mais tarde a procurarão para sanar suas dificuldades. É preciso atentar-se a outras questões que envolvem a educação de jovens e adultos, pois seus objetivos não são os mesmos que aqueles traçados para crianças. Se para os últimos a educação é a porta de entrada em um mundo desconhecido, onde o sujeito é humanizado e aprende além dos conteúdos elementares, a relacionar-se socialmente; para os primeiros é uma oportunidade de superar uma condição de sobrevivência, de entrar no mercado de trabalho ou de aprimorar e profissionalizar as atividades que já desenvolve.

Oxalá que o Brasil pudesse oferecer tanto uma quanto outra forma de educação para seus filhos e para as novas gerações. Que as crianças frequentassem a escola para aprender as primeiras letras, os primeiros números e para ter suas primeiras relações sociais fora do ambiente familiar. E que os jovens e adultos, ao frequentar a escola, já munidos de tudo o que a educação infantil e fundamental lhes pôde oferecer, pudessem profissionalizar-se, conhecer seus direitos e a partir desses conhecimentos agirem e modificarem o meio onde vivem!

O cenário atual não permite, ainda, alçar sonhos tão altos, mas os números evidenciam o contrário, tendo em vista a questão do analfabetismo ainda na realidade. Cabe-nos então debruçarmo-nos sobre as perspectivas para este decênio e analisar as projeções para o futuro, embasado nas metas e estratégias traçadas como política pública em âmbito nacional. Essa análise será feita a seguir, embasada no Plano Nacional de Educação vigente.

2.5 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - 2014 / 2024

O Plano Nacional de Educação é uma importante política educacional que passou a ser obrigatório a partir da Constituição Federal de 1988. Este documento traz um marco situacional a nível nacional sobre os índices da educação e estabelece metas a serem alcançadas por todos os estados e municípios, bem como pela União, até o final de sua vigência.

A lei que trouxe o Plano Nacional de Educação para o presente decênio foi a lei nacional nº 13.005/2014, publicada em 25 de junho de 2014, conhecida como lei do PNE. A questão da Educação de Jovens e Adultos está diretamente tratada nas metas de nº 8, 9 e 10, porém já no primeiro artigo a lei traz como diretriz do Plano a erradicação do analfabetismo. Em outras metas e estratégias o ensino destinado a jovens e adultos encontra com a temática dissolvida, visto que ao tratar de questões como a universalização do ensino e a alfabetização de todas as crianças em idade apropriada, conseqüentemente conclui-se que a situação da EJA ao final do decênio será diferente do contexto no qual ele foi planejado.

As metas que trazem a questão da EJA são complementares e trazem as seguintes projeções:

A meta 8 prevê:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2014)

Na meta 9 procura-se:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

A meta 10 traz o seguinte texto: “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (BRASIL, 2014).

As metas apresentam perspectivas bastante positivas para serem atingidas até o final da vigência do Plano. Em cada uma delas são descritas várias estratégias para que gradativamente esses índices sejam alcançados. Essas estratégias vão desde manter programas de combate a evasão escolar, parcerias com entidades públicas, busca de evadidos, fomento e financiamento de políticas e programas destinados à educação de jovens e adultos.

É importante considerar, porém, que tais metas e estratégias são a nível nacional. Isso significa que entre os entes federados e os municípios, existe uma variável bastante ampla, seja para mais ou para menos do que os índices aplicados ao Plano Nacional. Um documento como esse, de abrangência nacional, acaba por criar um paradoxo entre as diversas regiões a que se destina, se por um lado, os mais desenvolvidos terão pouca ou nenhuma dificuldade em cumprir com as metas, por outro lado existe um número significativo de cidades e estados que estão muito aquém do que é previsto no documento e que tem entre seus índices e os números nacionais um verdadeiro abismo.

Além disso, há de se pensar que todas as etapas e modalidades de ensino, embora tenham metas e estratégias distintas no PNE, em algum momento envolvem-se e entrelaçam-se criando um ciclo de interdependência. E por fim, todas e absolutamente todas recaem em uma única meta do Plano: aquela que trata do financiamento da educação. Nada adianta propor audaciosas metas, sólidas estratégias, se não houver recurso financeiro para sua implementação. Caso não haja recurso para tornar realidade aquilo que neste momento são projeções, possivelmente ao elaborar o próximo Plano Nacional de Educação, para o decênio seguinte, as mesmas metas ainda carecerão de ser alcançadas.

Por fim, a reflexão que permeia toda a construção dessa pesquisa é que embora haja diversas políticas para a erradicação do analfabetismo, para a superação do analfabetismo funcional, para a articulação do ensino regular e profissional e para a universalização do ensino em idade própria, a realidade desmascarada pelos números é que em grande parte essas políticas fracassaram e continuam fracassando. Longe de apontar uma solução para esse problema, a pesquisa apenas evidenciou que a Educação de Jovens e Adultos apresenta múltiplas facetas e inúmeros desafios, enquanto isso milhares de brasileiros continuam excluídos da sociedade por terem seu direito à educação negado e negligenciado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar um panorama da EJA no Brasil, descrevendo além de suas raízes históricas, também o cenário atual e as projeções futuras dessa modalidade de ensino. Embora o cerne do trabalho fosse subsidiar teoricamente a prática de educadores nas classes de jovens e adultos, essa análise faz-se necessária, uma vez que o ensino jamais deve ser concebido de forma pontual, mas como parte de um contexto histórico, fruto de políticas e programas públicos, que trazem determinados objetivos para cada período histórico.

As análises dos Currículos da EJA do estado do Paraná e do Município de Cascavel se mostraram bastante válidas, sendo que ambos os documentos servem como base do trabalho docente. O primeiro ao trazer uma abordagem mais sociológica possibilita que o professor tenha uma visão ampla do processo de ensino, articulando nos conteúdos que ministrará o eixo central descrito no documento. Já o segundo, apresentou-se mais completo, trazendo abordagens históricas, filosóficas, sociológicas e pedagógicas. Ao elencar disciplinas e conteúdos para serem trabalhados, solidifica a oferta de ensino, garantindo que cada escola que ofereça a EJA possa atingir a todos os objetivos propostos.

Ao concluir a pesquisa reforça-se mais uma vez as especificidades da EJA e o quanto essa modalidade de ensino é carente de atenção dos órgãos públicos e dos próprios sistemas de ensino. O Município de Cascavel mostra-se avançado nesse assunto, porém os números do analfabetismo no país denunciam que nem todos podem orgulhar-se da educação ofertada para aqueles que não tiveram acesso em idade própria.

Conclui-se, que “saldar” uma dívida histórica é mais do que propor uma educação emancipadora no presente. Mas, é planejar o futuro de modo que a educação seja um direito universalizado e que quando, por motivo fortuito, um jovem ou adulto procurar a escola seja para avançar no conhecimento que já possui e nunca para começar a ser educado do zero.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Carolina. O Analfabetismo No Brasil: Lições da História. RPGE– Revista on-line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 24-46. Araraquara. SP. 2015

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1989.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

_____. Programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – Proeja. 2007

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília. 2013

CASCADEL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Currículo Para a Rede Pública Municipal de Ensino. Vol. III Educação de Jovens e Adultos. Cascavel, PR. 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

[FRIEDRICH, Márcia. ET.al. Trajetória da](#) escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GOMES. Milton. Educação de Jovens e Adultos x Desistência. 2010

PARANÁ. Secretaria De Estado Da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. MEMVAVMEM Editora. Curitiba - PR. 2006.

PINTO, Álvaro. Os sujeitos educandos na EJA. 2007 Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/theory-criticism/1668802-sete-li%C3%A7%C3%B5es-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-adultos/>. Acesso em: 2 jul. 2018.

[PUPO, Vanessa de Oliveira. Disposições culturais e analfabetismo](#) no Brasil: histórias de exclusão educacional. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo. 2011

RIBEIRO. Paulo Rennes Marçal. História da Educação Escolar No Brasil: Notas Para Uma Reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto) no.4 Ribeirão Preto Fev./Jul. 1993.

SAVIANI. Demerval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 1983, 2003.

SENNA, Luiz Antonio Gomes. O Planejamento no Ensino Básico & o compromisso social da educação com o Letramento. Educação & Linguagem, São José dos Campos, 2003

ROSA, Joviana V. ; MAY, Fernanda . Educação dos trabalhadores: políticas públicas, desafios e possibilidades. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e Cidade em busca de Caminhos Comuns. Pelotas/RS. 2012.

VIANA, Edite Maria Sanches. A identidade do aluno e do Professor da EJA. 2011

ZICHIA, Andrea de Carvalho. O direito à Educação no Período Imperial: Um estudo de suas origens no Brasil. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo. 2008